

# **RESOLUÇÃO Nº 169/2011 - REVOGADA**

(Publicada no Diário Oficial de 02/11/2011)

Revogada pela Resolução nº 24/21.

## **Habilita a CORTEVIVO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E CORTE DE PLÁSTICOS LTDA., aos benefícios do DESENVOLVE.**

**O CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVE**, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei nº 7.980, de 12 de dezembro de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 8.205, de 03 de abril de 2002, e alterações e considerando o que consta do processo SICM nº 1100110000705,

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Considerar habilitado ao Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE o projeto de implantação da CORTEVIVO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E CORTE DE PLÁSTICOS LTDA., CNPJ nº 47.668.397/0003-10, IE nº 011.323.163NO, instalada no município de Simões Filho, neste Estado, para produzir composto de PVC, óleos de girassol e soja epoxidados, óleo plastificante e mangueiras, botas e sandálias em PVC, sendo-lhe concedido os seguintes benefícios:

#### **I - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas seguintes condições:**

**a)** nas importações e nas aquisições neste Estado e em outra unidade da Federação, relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação e

**b)** nas aquisições de plastificantes e pigmentos (outros produtos químicos orgânicos) e resina de PVC - policloreto de vinila (resinas termoplásticas) de estabelecimentos onde sejam exercidas as atividades enquadradas na CNAE-Fiscal, sob os códigos 2029-1/00 (fabricação de outros produtos químicos orgânicos) e 2031-2/00 (resinas termoplásticas), nos termos dos itens 3 e 4, alínea “a”, inciso XI do art. 2º do Decreto nº 6.734/97, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultante da industrialização.

**II - Dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses para pagamento do saldo devedor do ICMS, relativo às operações próprias, gerado em razão dos investimentos previstos no projeto incentivado, conforme estabelecido na Classe II, da Tabela I, anexa ao Regulamento do DESENVOLVE.**

**Art. 2º** Conceder prazo de 12 (doze) anos para fruição dos benefícios, contado a partir de 1º de novembro de 2011.

**Art. 3º** Sobre cada parcela do ICMS com prazo de pagamento dilatado incidirá taxa de juros de 85% (oitenta e cinco por cento) da TJLP ao ano ou outra que venha substituí-la, de acordo com a Tabela II, anexa ao Regulamento.

**Art. 4º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 25 de outubro de 2011.

**JAMES SILVA SANTOS CORREIA**

Presidente